



A GEOGRAFIA SOCIAL DA MORTE ÀS MARGENS DA MODERNIZAÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES CONSERVADORAS NAS PRÁTICAS DE SEPULTAMENTO EM SÃO JOÃO DEL-REI

Leonara Lacerda Delfino¹
Márcio Eurélio Rios de Carvalho²

Resumo: O artigo disserta sobre o processo de secularização da morte e o surgimento dos cemitérios públicos em São João del-Rei. Através da geografia social da morte, ou seja, do mapeamento dos locais de sepultamento, entre os anos de 1783-1850, procuramos compreender como a política sanitária interferiu nas práticas de sepultamento e na liturgia da morte em geral. Ao longo da investigação, constatamos um processo de modernização conservadora, na medida em que os cemitérios foram construídos dentro do espaço urbano, acoplados às igrejas das irmandades, em contradição à política sanitária que aconselhava a construção de cemitérios extramuros distantes da povoação. Para esta análise, utilizamos do método quantitativo, mediante a consulta dos registros de óbito alocados na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João, além da análise qualitativa das atas da Câmara Municipal e da documentação das irmandades.

Palavras-chave: História da morte; cemitérios públicos; política sanitária; registros de óbito; São João Del-Rei.

Abstract: The article talks about the process of secularization of death and the emergence of public cemeteries in São João del-Rei. Through the social geography of death, that is, the mapping of burial sites, between the years 1783-1850, we sought to understand how sanitary policy interfered with burial practices and the liturgy of death in general. Throughout the investigation, we noticed a process of conservative modernization, as the cemeteries were built within the urban space, coupled with the churches of the brotherhoods, in contradiction to the sanitary policy that advised the construction of extramural cemeteries far from the village. For this analysis, we used the quantitative method, by consulting the death records allocated at the Nossa Senhora do Pilar de São João Headquarters, in addition to the qualitative analysis of the minutes of the City Council and the documentation of the brotherhoods.

Keywords: History of death; public cemeteries; health policy; death records; São João Del-Rei.

¹ Sobre os autores: Leonara Lacerda Delfino é Doutora em História pela UFJF. Pós-doutoranda em História pelo PPGH/UNIMONTES. E-mail: leonaralacerda@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5422-4980>.

² Márcio Eurélio Rios de Carvalho é Doutor em História pela UFMG. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Campanha). E-mail: eureliomarcio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1630-6023>.

Da sepultura sagrada à higienização da morte: a persistência dos mortos na cidade dos vivos

A institucionalização progressiva dos sepultamentos *ad sanctos* remonta do século V, quando os antigos cristãos expressaram o desejo de ser enterrados próximos às tumbas dos mártires. Estas foram consideradas relíquias sagradas e fontes de peregrinação e provedora de milagres dos fiéis católicos. Com o tempo, desenvolveu-se a crença de que a proximidade com os restos mortais dos santos ajudaria a manter a integridade da sepultura e a proteção espiritual durante o “misterioso sono,” até o despertar do dia do Juízo Final, concorrendo assim para o alcance da salvação eterna (ARIÈS, 2012, p. 46). Através dos enterramentos *ad sanctus* os mortos passaram a se misturar com os vivos. Ao serem inumados nos solos das igrejas e em seus adros, os mortos passaram a ser lembrados permanentemente pelos seres terrenos que transitavam sobre suas covas. Esses fiéis, por sua vez, rememoravam a vivência com entes queridos, por meio das homenagens e ofícios das *almas*. Em comunhão com seus antepassados, os cristãos ouviam as missas fúnebres e as celebrações sagradas dedicadas aos filhos “vivos e defuntos” da Igreja de Cristo.

Deste modo, ser sepultado em solo sagrado se tornou um dos expedientes centrais da doutrina do *bem-morrer católico*, uma espécie de “passaporte” para a transição adequada para o *outro mundo*. Isto é, um ritual de passagem e de integração essencial para o processo de redenção da alma, por ser capaz de abreviar as penas de sofrimento do morto no *além intermediário* (o Purgatório). Segundo as orientações de Monteiro da Vide, o costume tido como “antigo e louvável” era considerado “muito proveitoso”, pois quando os vivos frequentavam as igrejas, se lembravam de “encomendar a Deus Nosso Senhor, as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo [fossem] livres das penas do inferno provisório” (VIDE, 1853, p. 295).

Sendo assim, em São João Del-Rei, como em muitas vilas coloniais, enterrar os mortos em solo sagrado significava recriar uma prática secular, garantindo, deste modo, uma passagem segura para a vida *post-mortem*. Quanto mais próximo dos ícones sagrados (altar, imagens de santo, pia batismal, mais segura estava a alma de garantir a sua salvação, conforme o imaginário escatológico do *bem morrer*. O cortejo solene, o sacramento de extrema-unção, junto às confissões da feitura do testamento, somado aos cuidados do corpo já falecido, como a sua lavagem e o corte de unhas e cabelos, ao lado da vestimenta da mortalha e local da sepultura, compunham os chamados *ritos de passagem* para que alma cristã não se perdesse no meio do caminho até seu destino final (DELFINO, 2015, p. 408).

Neste artigo, procuramos trabalhar como a ideologia liberal da política de higienista transformou os ritos fúnebres na cidade de São João Del Rei em meados do século XIX, quando os cemitérios extramuros passaram a ser regulamentados pelas leis do Império, através das comissões médicas urbanas e pelas portarias das câmaras municipais que passaram a modificar suas posturas com intuito de “civilizar” hábitos e costumes atrelados ao imaginário colonial do barroco. Neste contexto, a Igreja reformava suas práticas a partir das diretrizes do movimento de romanização, isto é, de “racionalização” das práticas populares e da autonomia da religiosidade leiga. Não obstante, as irmandades, associações leigas do período colonial, demonstraram sua força na condução do projeto de secularização da morte e participaram, junto à Câmara, das decisões das políticas sanitaristas, colocando seus termos de mudanças fúnebres, mantendo junto dos vivos, a geografia funerária dos corpos dos defuntos. Nesse sentido, na medida em que o discurso médico ganhava força e autoridade nas décadas de 1830 a 1850, em razão da proliferação de epidemias que assolaram as províncias de Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, a vivência da morte barroca, conduzida, sobretudo, pelas associações leigas, manteve-se pelas práticas dos devotos que insistiram na cortejo solene, na armação das casas, no velório domiciliar e no rito da encomendação dos corpos. Quem visita o centro histórico de São João Del-Rei hoje, tem a oportunidade de testemunhar cemitérios oitocentistas, como os de São Gonçalo Garcia, São Francisco, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário, ainda em funcionamento, construídos nesta época de perseguição às sepulturas *ad sanctus*.

Com a Lei Imperial de 28 de outubro de 1828, o governo monárquico delegava às câmaras municipais o dever de instaurar o “processo civilizatório” nas vilas a fim de higienizar o espaço e garantir a limpeza, segurança, fiscalização dos pesos e medidas para o funcionamento do comércio, bem como, a vigilância e supressão de lugares tidos como “insalubres”, isto é, matadouros, águas paradas e tudo que pudesse emitir os chamados “miasmas pútridos e infectos”. Deste modo, acreditava-se, pela campanha higienista instaurada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que os ares pútridos e a emanação dos miasmas, vindo dos corpos em decomposição, fossem a causa de muitas epidemias que assolaram as populações urbanas do século XIX. Nesse sentido, devemos lembrar o aspecto policialesco das autoridades sanitaristas para com a população pobre, vinculada à imundície, barbárie e, por isso, alvo da repressão violenta por parte das autoridades (CHALHOUB, 1996, p. 20). Do mesmo modo, vale retomar aos episódios como a Cemiterada, ocorrida em Salvador, cuja revolta protelou, ainda, por alguns anos a secularização da morte (REIS, 1991).

Em São João Del-Rei não tivemos uma resistência no sentido clássico, como a Cemiterada, mas, por outro lado, um processo de negociação entre as autoridades médicas e municipais, com as autoridades eclesiásticas, juntamente com as lideranças das irmandades leigas para redimensionar os ritos de sepultamento dos mortos a fim de garantir a saúde pública dos vivos. Outrossim, o discurso sobre a insalubridade dos corpos falecidos não foi suficiente para afastar os mortos do cotidiano e da familiaridade das pessoas devotas. Dito isso, vamos expor em itens a seguir, os laços de sociabilidade comunitária no momento da morte, a prática de sepultar os mortos em solo sagrado e a segregação dos corpos nas catacumbas das igrejas. Posteriormente daremos prosseguimento à geografia social dos sepultamentos com o surgimento dos dez cemitérios identificados pelos assentos de óbitos: Cemitério da Matriz, Mercês, Rosário, São Gonçalo Garcia, São Francisco, do Carmo, das Almas, da Boa Morte, da Misericórdia e Cemitério Geral (DELFINO, 2015, p. 444).

A geografia social da morte: a segregação sacra dos corpos

A divisão da *geografia funerária* dizia respeito ao local da sepultura nas igrejas (espaço interno ou adro), às estratificações dos templos pertencentes às irmandades e posteriormente, aos cemitérios vinculados às associações religiosas ou ao luxo dos jazigos familiares das necrópoles civis, após o declínio definitivo das sepulturas eclesiásticas (CYMBALISTA, 2012, p. 71). Deste modo, quando consideramos as práticas fúnebres anteriores às leis sanitárias, raramente os escravos e forros foram sepultados nas igrejas das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco. Em São João del-Rei, por exemplo, esses casos ocorreram, salvo melhor juízo, apenas com as crioulas escravas, Margarida e Gerália, quando seus corpos foram enterrados dentro da igreja de N. S. do Carmo.³

Até mesmo depois da construção dos cemitérios dessas ordens terceiras, os sepultamentos continuavam a ser restritos aos membros associados e — com raras exceções — abriram jazigo a alguns *pardos*. Em cemitério aberto pelos terceiros franciscanos, após a discussão da mesa em onze de outubro de 1829,⁴ apenas João Inocente Pardo — filho de João

³ Em 04/08/1831 faleceu Margarida Crioula solteira, escrava de Perpétua escolástica, sepultada na Igreja do Carmo. Dois anos depois (09/03/1833), faleceu de tísica Gerália Crioula de 24 anos, escrava de Dona Mariana Francisca de Paula, também sepultada no Carmo. Cf.: AMNSP-SJDR, Livro de Óbitos (1829, fev-1840, mar.).

⁴ Segundo Sebastião de Oliveira Cintra (1967, p. 130), o primeiro requerimento para construção de um cemitério vinculada à Ordem terceira de São Francisco de São João del-Rei foi encaminhada em 1820. Consoante Cintra 'O assunto somente voltou a ser discutido a 11/10/1829, quando foi "proposta a necessidade de proceder-se a fatura do cemitério desta Venerável Congregação, em cumprimento da lei de primeiro de outubro de 1828...'

Evangelista da Cunha — morto por lombrigas, foi ali enterrado.⁵ Já no cemitério do Carmo, erguido por volta de 1835,⁶ identificamos nove *pardos* sepultados entre 1837 a 1848, um número bastante restrito, em demonstração à seletividade dos mortos ali enterrados.⁷

Analisando em pormenor a distribuição social das sepulturas na Freguesia do Pilar, podemos visualizar pela *tabela 01 (ANEXO)* os locais sagrados mais acessíveis aos cadáveres de escravos, libertos e livres de cor.⁸ Quanto aos sepultamentos em cemitérios, só podem ser considerados de forma efetiva a partir da década de 1830, com a criação dos cemitérios das irmandades da Vila, embora o Cemitério da Matriz tenha iniciado timidamente suas atividades em 1809.⁹ No entanto, as pessoas escravas, libertas ou pardas livres continuaram a enterrar os seus mortos em igrejas até pelo menos em 1837. Neste ano identificamos a inumação de Josefa *parda inocente*, filha legítima de Manoel dos Passos Nunes, sepultada dentro da Igreja de São Gonçalo Garcia, o último sepultamento realizado em igreja envolvendo esses grupos sociais.¹⁰

De acordo com nosso levantamento, certificamos que entre 1782-1850, as igrejas concentraram 76,72% dos falecidos, até mesmo porque as práticas de inumação em cemitérios foram implementadas paulatinamente após as mudanças na legislação do Império, através da imposição das leis de higiene surgidas nas primeiras décadas do Oitocentos. Reportando-se ao enfoque das *sepulturas eclesiásticas*, podemos notar pela exposição da *tabela 01* que os locais sagrados mais acessíveis ao sepultamento dos grupos sociais mencionados foram: o Adro da Matriz, “por nada pagar” (48,39%); a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (14,74%) e a Igreja das Mercês (6,26%). Notamos também uma participação relativa de inumações desses segmentos dentro da igreja matriz (5,33%), no entanto boa parte desses sepultamentos na matriz não mencionou a condição social dos falecidos, o que sugere o interesse gerado pelos

⁵ AMNSP-SJDR, Assento de Óbito de João Inocente (12/12/1847). Cf.: Livro de Óbitos (1844, ago-1848, jan.)

⁶ Consoante Cintra (1967, p. 40): “Em reunião do Consistório da Ordem do Carmo, autoriza-se ao irmão tesoureiro a pagar ao mestre de obras, Jesuíno José Ferreira, ‘oitocentos réis’ diários, a fim de que termine a construção do portão de ferro do cemitério.”

⁷ Foram enterrados no Cemitério do Carmo os pardos: Josefa Senhorinha de Jesus Parda (07/12/1839), Romana Maria da Silva Parda (21/03/1840), João Batista da Silva pardo (20/01/1838), Tomázia de Jesus (03/10/1845), José de Matos Pardo (20/01/1837), Gertrudes Maria da Cerqueira Parda (10/12/1847), Cândida Damiana de Oliveira Parda (18/03/1846), Francisco de Assis Lima Pardo (Reverendo, 16/02/1846) e Juliana Maria Pereira Parda (07/01/1847). Cf.: AMNSP, Livros de Óbitos (1782-1850).

⁸ Importante lembrar que nossa amostragem não inclui as pessoas brancas, mas aqueles registros de óbitos que apresentam a *condição social* escrava, forra ou filho (a) de forro (a); a *cor não branca* do indivíduo (preta ou parda) e os *grupos étnicos africanos* (angola, mina, monjolo, benguela, etc.) e *nativos* (crioulos, cabras e mestiços). Nesse sentido, nossos dados não correspondem ao total de sepultamentos feitos nesses espaços de templos e cemitérios, mas à distribuição relacionada aos grupos sociais atrelados ao cativo ou próximos a ele.

⁹ Em 06/04/1809 faleceu no “Hospital da Vila” por “bexigas”, a forra Maria da Silva Crioula. Recebeu todos os sacramentos e foi sepultada no Cemitério da Matriz. Cf.: AMNSP-SJDR, Livro de Óbitos (1808, out.- 1811, jun.).

¹⁰ AMNP-SJDR, Assento de Óbito de Josefa Parda (30/05/1837), Livro de Óbitos (1829, fev-1840, mar.).

grupos de cor à devoção da Boa Morte, algo que será desenvolvido mais a frente. Em seguida, destacamos os enterramentos realizados na capela de devoção dos pardos de São Gonçalo Garcia (1.91%).¹¹

Os “anjinhos” ou “inocentes” inseridos nesta contagem (*tabela 02*) nem sempre recebiam campas internas separadas, como postulavam as orientações pastorais de meados do século XVIII (CAMPOS, 2013, p. 142). Essas crianças, arroladas no total de 2.576 corpos, foram em sua maioria (70,30%) sepultadas em solo sagrado, embora 69,29% dessas covas bentas (1811) situavam-se do lado de fora da igreja paroquial.¹² Quanto aos jazigos internos, nota-se que os pequenos não receberam o mesmo investimento de sepultamento em relação aos adultos. Talvez em razão dos altos índices de mortalidade infantil, seus progenitores preferissem sepultá-los em covas menos onerosas. Vale lembrar que eram considerados “anjinhos” apenas as crianças batizadas, os rebentos pagãos não mereciam, segundo o imaginário católico, alcançar o paraíso celeste por não terem purgado as manchas do pecado original, por isso estavam condenados ao *limbo* e não poderiam receber a proteção do solo sagrado (VOVELLE, 2010, p. 46). Ver *tabelas 01 e 02*.

Levando em consideração a disposição das sepulturas dentro dos templos, as mais prestigiadas se localizavam próximas aos altares principais, ou seja, “das grades para dentro”. Nas matrizes, essas campas estavam reservadas aos vigários perpétuos ou aqueles fiéis distintos, como os irmãos do Santíssimo Sacramento, por conseguirem licença para enterrarem seus devotos “nos degraus do altar-mor para baixo” (VIDE, 1857, p. 299). Em alguns testamentos relatava-se o local de preferência do jazigo a ser aberto dentro da igreja. O Capitão José da Silva Lima — *preto forro* da Costa da Mina — declarou o desejo de ser coberto pelo hábito do “Glorioso S. Francisco” e, depois de encomendado e velado o seu corpo, ser enterrado próximo a “pia de água benta, da parte direita da porta principal” da capela do Rosário; templo sagrado de sua devoção e irmandade, onde serviu a Virgem com “vários cargos”.¹³ Certamente, o irmão notório do Rosário esperava que as gotículas de água benta que, porventura, respingassem em seu túmulo, aliviassem seu estado de sofrimento durante sua expiação transitória do purgatório, como se acreditava naquela época.

Na matriz do Pilar de São João havia também a campa da Boa Morte, com seis sepulturas “livres e isentas da Fábrica,” sendo dois dos seus jazigos alocados “ao pé do Altar

¹¹ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

¹² AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

¹³ AMNSP-SJDR, Testamento de José da Silva Lima (22/08/1788), anexo ao seu assento de óbito (26/07/1790). Livro de Óbitos (1790, mar-1792, nov.).

para os Oficiais de Mesa” e quatro dispostos “no corpo da Igreja.”¹⁴ Pela consulta aos assentos de óbitos, raras foram as indicações de sepulturas nessas campas, todavia, supomos que do total dos 414 cadáveres — pertencentes a esses segmentos enterrados no interior da matriz — muitos devem ter conseguido acesso às covas internas em função do atrativo devocional gerado pela irmandade dos *homens pardos*.¹⁵ Contudo, os registros desses obituários foram omissos, em grande parte, em esclarecer detalhadamente o local das campas, quando enterrados no interior da igreja paroquial, e o possível vínculo desses defuntos com a irmandade dos “pardos legítimos”. (Ver *tabela 01*)

Por seu turno, notamos que a maioria (51,85%) da população adulta enterrada dentro da matriz não mencionou a condição social. Por outro lado a participação de escravos (22,22%) e de pessoas forras (17,59) demonstrou certo equilíbrio quanto ao acesso dessas covas internas, embora muitos *indivíduos de cor*, sem a condição esclarecida nos óbitos, deveriam ser libertos ou descendentes deste segmento. No que se refere à procedência ou a cor desses defuntos, dificilmente os africanos tiveram chances de receber covas internas no templo da paróquia, já a categoria dos “nascidos no Brasil” representaram 84,25%, com destaque ao grupo dos *pardos*, ao perfazerem 62,03%, dos corpos ali inumados, provavelmente devotos da Boa Morte.¹⁶(Ver *tabelas 01, 02 e 03*)

Fora da igreja, mas em lugar ainda revestido pelo sagrado, o adro (solo mortuário mais desprestigiado) concentrou o maior número de cadáveres de escravos e africanos, como se pode visualizar pelas *tabelas 03 e 04*. Do total de 3.757 corpos enterrados, 1.255 (33.40%) correspondiam aos inocentes e, 2.502 (66.59%) às pessoas adultas.¹⁷ Desses últimos registros, 77,41% perfaziam os escravos, 12,66% não tiveram a condição social declarada, 9,31 eram libertos. Ao passo que declaradamente livres, havia somente dois falecidos, provavelmente pessoas muito pobres devido à desclassificação social daquelas covas (Ver *tabela 03*).¹⁸

Quanto à origem dos cadáveres adultos, 65,38% correspondia aos sepultamentos de africanos,¹⁹ algo sugestivo quanto ao peso da *segregação social da morte*, pois sem o amparo e a proteção de uma irmandade religiosa durante a vida, era certo que os africanos (caso

¹⁴ AMNSP-SJDR, Compromisso da Irmandade de N. S. da Boa Morte dos Homens Pardos. Vila de São João del-Rei, 1786, Essas campas foram reivindicadas pelo Cap. 13 “Das sepulturas que terá a Irmandade”, fl. 14.

¹⁵ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

¹⁶ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

¹⁷ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

¹⁸ Os registros se referem a Manoel Pereira Cabra (capitão do mato), enterrado no adro em 17/03/1783 e ao Alferes João Gomes da Costa Pardo, sepultado também neste local em 13/01/1793. Cf.: AMNSP-SJDR, Livro de Óbitos (1782, ago- 1786, jun.) e Livro de Óbitos (1792, nov.- 1796, jan.).

¹⁹ Deste segmento africano, destacaram-se os angolas (24,78%), benguelas (10,59%) e minas (9, 19%), ou genericamente “pretos” ou “da Costa” (5, 27%). Esta configuração remete, de certa forma, às influências do tráfico atlântico (ver capítulo 4). Cf.: AMNSP-SJDR, Livros de Óbitos (1782-1850).

recebessem sepultura sagrada) teriam acesso somente às covas mais desclassificadas. Para se ter uma ideia desta segmentação na distribuição das sepulturas, é patente que os *crioulos* tiveram maiores oportunidades de sepultamentos dentro das igrejas. No adro, este segmento constituía 19,66 % dos corpos ali enterrados. Já os *pardos* (5,55%), *cabras* (2,43%) e *mestiços* (0,31%) raramente receberam jazigo neste espaço tão pouco prestigiado.²⁰ Em vista disto, a reclassificação social no espaço funerário — mais do que em qualquer outro aspecto da existência— revela as distinções sociais representadas pelos rituais mortuários. (Ver *tabelas 03 e 04*).

No que tange aos sepultamentos realizados em outros templos, podemos afirmar, com exceção dos enterros realizados fora da matriz, que as tumbas oferecidas pela irmandade do Rosário foram as mais procuradas na Freguesia do Pilar, em razão da grande popularidade desta devoção em agregar filiados entre os diversos segmentos *de cor*. A igreja dos *pretos* abrigou, pelo menos, 1.145 corpos durante o período estudado; apenas 132 (11,52%) constituíram os “anjinhos”, ao passo que a maioria de 1.013 cadáveres (88,45%) perfez os adultos.²¹ Em termos proporcionais, a população escrava inumada — abrigada pelo manto protetor do Rosário — só não foi maior do que a enterrada no adro da matriz, dado que sugere a intenção clara dos cativos em se integrar nesta agremiação para obter proteção durante e após a morte (ver *tabelas 02, 03 e 04*).

Se a proteção na hora da morte foi um dos atrativos exercidos para que o escravo aderisse a um sodalício, certamente a devoção ao Rosário se tornou a principal possibilidade, na medida em que sua força de intercessão no estágio *post-mortem* passou a integrar sistematicamente o imaginário de crenças desses irmãos (DELFINO, 2017, p. 305). Sendo assim, mesmo quando o confrade conseguisse se filiar em outras irmandades, muitas vezes a identificação com o Rosário se tornava explícita em ocasiões em que os testadores libertos expressavam sua preferência em ser enterrados neste solo sagrado. Esta constatação demonstra que, mesmo diante de uma legião de intercessores do purgatório, o amparo da Virgem do Rosário foi buscado principalmente por escravos (54,68%) e libertos (26,06%), em relação aos adultos ali sepultados, quando se tratava de procurar proteção na vida pós-túmulo.²² (Ver *tabela 03*). Quanto ao critério de origem desses devotos escravos ou remanescentes da escravidão ali enterrados, a maioria representava a região do centro-oeste africano (38,69%); em seguida, predominavam os “nascidos do Brasil” (24,77%) e, em

²⁰ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

²¹ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

²² AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

terceiro lugar, se destacavam os africanos ocidentais (15,69%). Os *angolas* (17,27%), *crioulos* (16,88%) e os *minas* (14,31%), — tidos como grupos de destaque na condução das decisões administrativas da irmandade — ocuparam maior espaço dos jazigos no interior da igreja. Já os *benguelas* (8,68%), *congós* (3,84%) e *rebolos* (0,78%), mesmo muito frequentes nas entradas (1782-1850), tiveram uma adesão relativamente menor, quando comparados com os grupos anteriores, hegemônicos na mesa diretiva.²³ (ver *tabela 04*)

O próximo contingente a se destacar na distribuição das sepulturas do espaço funerário de São João del-Rei diz respeito aos falecidos enterrados na Capela das Mercês *dos Crioulos*. Neste templo, identificamos a maior presença dos *libertos* (36,85%), chegando a superar a participação dos escravos enterrados (25,07%), entre os 331 falecidos adultos²⁴ (Ver *tabelas 03 e 04*). Esta presença efetiva de forros ali inumados corrobora a importância do simbolismo da libertação e o ideal de afastamento das insígnias do cativo. Isso se justifica pelo fato dos cadáveres dos indivíduos escravos representarem um pouco mais de um quarto, enquanto aqueles sem condição social declarada (35,34%), podendo encobrir libertos ou seus descendentes que tiveram esta informação omitida pelos registros. Ao fazer jus a proteção dos *crioulos*, a *Senhora libertadora dos grilhões* abrigou em seu recinto sagrado 71,90% *crioulos*, 12,08% *pardos* e, 3,92% *cabras*. Os africanos, como se pode acompanhar pela *tabela 03*, dificilmente conseguiam ser enterrados naquele templo.

Por fim, o espaço sagrado a receber uma frequência mais restrita de enterros foi o de São Gonçalo Garcia dos *homens pardos*. Neste localizamos apenas 78 nomes adultos nos quais a maioria (51,85%) não tinha referência da condição social; 23,07% eram escravos e 11,53%, forros. Os irmãos do santo pardo franciscano (São Gonçalo Garcia), ao admitirem *peças brancas, morenas e pardas*,²⁵ foram bastante restritivos aos africanos. Nela se enterrou apenas uma estrangeira da África,²⁶ fazendo dos *pardos* (87,17%), o grupo hegemônico dos sepultados naquele recinto divino.²⁷ (Ver *tabelas 03 e 04*).

Diante do exposto podemos certificar o quanto a sepultura eclesiástica dizia sobre a identidade social e devocional do morto. Nesse sentido, ao assegurar um espaço sagrado para o cadáver, concorria-se para a salvação de sua alma, o auxiliando no livramento das penas purgativas, reduzindo, portanto, seu sofrimento no período expiatório *post-mortem*. A

²³ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850)..

²⁴ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850). Não

²⁵ AMNSP-SJDR, Estatutos dos Gloriosos santos São Francisco de Assis e Gonçalo Garcia, sob proteção de N. S. do Amparo; Freguesia de N. S. do Pilar, São João del-Rei, 1853, cf.: Cap. 19, fl. 22.

²⁶ Cf.: Refiro-me ao assentamento de Ana Preta, casada com João Romão, sepultada em 14/02/1831 na Igreja de São Gonçalo Garcia, ver: AMNSP-SJDR, Livro de Óbitos (1829, fev. – 1840, mar.).

²⁷ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

importância da memória visual, auditiva e olfativa, ao pisar sobre as sepulturas no sub-solo das igrejas, fazia com que os fiéis vivessem cotidianamente uma comunhão afetiva com seus mortos, os mantendo presentes não apenas nas lembranças individuais, mas nos ritos sagrados, na participação dos ofícios divinos, das missas fúnebres, dos funerais das almas, do *cheiro piedoso* que se acreditava exalar das tumbas sagradas... (RODRIGUES, 1997, p. 66).

A geografia social da morte demonstra como os elementos de estratificação da sociedade escravista e o aspecto hierarquizante da herança do antigo Regime estiveram presentes nos ritos de morte. Aqueles indivíduos com estatuto de “pureza de sangue” eram sepultados nas igrejas das Ordens Terceiras de São Francisco ou na Matriz do Pilar (Santíssimo Sacramento). Já os pardos, sepultados no interior da Matriz, reportavam-se à devoção e filiação à Irmandade da Boa Morte. Africanos de procedência centro-africana e da Costa Ocidental (pretos minas) tiveram seus corpos sepultados no Adro da Matriz e no Rosário. Já os nascidos no Brasil, asseguraram seus jazigos no templo das Mercês; pardos livres, na Igreja de São Gonçalo Garcia.

A higienização da morte e a modernização conservadora da política cemiterial em São João Del-Rei

Com o avanço da campanha sanitária, o caráter valorativo do cheiro dos mortos passa a se transformar em odor infeccioso, insuportável e alvo de fiscalização da nova legislação de atendimento à salubridade pública. A vigilância olfativa se estendeu para a censura auditiva, no sentido de repreender os dobres de sinos, as cantorias e outras manifestações barulhentas da morte. Falava-se muito em “corrupção dos ares” causada pelas exalações cadavéricas; as *palavras de ordem* naquele momento da pós-independência — quando as preocupações higienistas tomaram força — consistiam em erradicar os enterros insalubres, planejar o ambiente urbano, livrar o ambiente das contaminações miasmáticas e prevenir-se das moléstias pela desinfecção dos ares (REIS, 1991, p. 274)

Nesta perspectiva, a civilização dos costumes fúnebres estava em pauta da agenda política do partido liberal durante o Primeiro Reinado (1822-1831) e governo das Regências (1831-1840). Outrossim, o interesse em “civilizar o império” incluía, além da higienização da morte, a repressão de “*algazarras, ajuntamentos, vozeias de pretos*” e outras manifestações populares das vias públicas. O projeto liberal visava regulamentar a arquitetura do espaço urbano, com base numa concepção de *moralidade pública*, em que o ambiente citadino deveria se ver livre das *imundícies* causadoras de moléstias e dos *marginalizados* da

sociedade — considerados desalinhados aos princípios de *civilização, cidadania* — isto é, das tão reivindicadas *moralidade e segurança públicas*. Deste modo, ao executar a limpeza das ruas, deveriam se retirar delas os “loucos, embriagados, animais ferozes ou danados”, vetar “obscenidades públicas”.²⁸

Para além do alinhamento, iluminação e reparos de ruas, asseio das vias públicas, matadouros, a política de saúde preventiva era avessa aos costumes considerados — naquele discurso médico — como expressões da ignorância, superstições, barbárie. Por isso, os enterros eclesiásticos passaram a ser vistos como insalubres e supersticiosos (RODRIGUES, 1997, p, 132). No entanto, o processo não foi linear, nem unilateral para todos os representantes religiosos; a própria protelação e consentimento dos capelães em São João del-Rei, permitindo que os confrades de suas irmandades continuassem a sepultar seus mortos dentro dos templos, expressam a dificuldade ou resistência em aderir aos novos padrões de higienização. De acordo com Consuelo Carvalho (2001, p. 49), em consulta ao memorialista, Luís de Melo Alvarenga (1994), a construção do Cemitério Geral da Vila contou com a participação do Vigário Geral, ao aceitar frequentar as reuniões da Câmara junto à comissão médica da localidade. Segundo Carvalho (2001, p.47), o novo cemitério possuía catacumbas das irmandades pertencentes ao Pilar, tais como as devoções do Santíssimo, São Miguel e Almas, Nosso Senhor dos Passos e Boa Morte. As outras irmandades (São Gonçalo Garcia, Mercês e Rosário) e as ordens terceiras (Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis) passaram a construir seus cemitérios eclesiásticos, durante a intensificação da política sanitária, quando eclodiram-se as epidemias de febre amarela e cólera nas principais aglomerações urbanas do Império.

Contudo, os enterros ilegais permaneceram em vigor na Vila por alguns anos após a reforma imperial de 1828. No entanto, em São João del-Rei não houve a construção de cemitérios extramuros, mas de necrotérios intraurbanos, situados em terrenos acoplados às igrejas, o que demonstra um vínculo dos paroquianos com as formas tradicionais de sepultamento. A preocupação em se construir um cemitério afastado da povoação só volta ser discutido pela Câmara Municipal em 1855, por ocasião de alguns casos isolados de *cólera morbus* identificados no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Segundo a sessão de 20 de setembro daquele ano, podemos notar como as autoridades religiosas foram chamadas para

²⁸ BCCA-SJDR, Livro de Registros e Leis, Decretos, Resoluções do Conselho Geral da Província (...); Ver a aplicação do Decreto de 1828 transcrito no Título 3º, Art. 66, Parágrafo 3º “(...) cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, animais ferozes danados, ou daqueles que correndo podem incomodar aos habitantes (...) Parágrafo quarto: Sobre as vozerias nas ruas em horários de silêncio, injúrias, obscenidades contra a moral pública”; fl. 60

dar respaldo às decisões da Comissão Médica (a ser formada), conforme demonstra o documento:

Que se officie ao Reverendo Vigário da Vara para que, de inteligência com o Cônego do Pároco façam proibir por hora em diante, o enterramento dos corpos mortos no cemitério, próximo à Matriz, o qual se acha colocado dentro da cidade, devendo transferir para o Cemitério do Rosário, com o consentimento da Mesa da Irmandade, ou marcar terreno apropriado, indicado pela Comissão Médica. (BBCA, Ata da Câmara de São João Del-Rei, 20/09/1855, Livro 32, p. 37)

Com efeito, a proibição dos sepultamentos no Cemitério da Matriz colocou como opção temporária o Cemitério do Rosário, com o pedido de anuência à Irmandade, mas a questão da localização do novo cemitério só seria resolvida no ano seguinte, quando a Câmara resolveu acatar a sugestão do pároco da cidade, designando o espaço do empreendimento próximo ao Morro do Rosário (BBCA, Atas da Câmara de São João Del-Rei, 15/01/1856, Livro 32, p. 66). Pela leitura das sessões ocorridas em outubro daquele ano, fica patente o papel pró-ativo das irmandades em erguer o novo cemitério, quando o presidente da Câmara solicita ao vigário a informação “dos recursos que cada uma dispunha e as “suas deliberações para levar a efeito a obra” (BBCA, Atas da Câmara de São João Del-Rei, 21/10/1856, Livro 32, p. 69). Deste modo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, mais poderosa da cidade por representar à elite de devotos, deu início à obra pelo seu maior potencial de contribuição. Em ofício encaminhado à Irmandade das Almas, a associação deixa claro que a campos mortuárias serão distribuídas de acordo com a capacidade de investimento de recursos por confraria. Sendo assim, a parte tomada por devoção no novo cemitério deveria ser em “proporção da obra” ou com a “quota em que contribuir” cada uma para elevação do novo cemitério, em lugar periférico, mas ainda nos perímetros do espaço urbano (ALVARENGA, 2009, p. 66).

Em consulta aos assentos de óbitos, observamos que antes mesmo das pressões sanitaristas de 1828, a Vila de São João já abrigava os cemitérios da Matriz e da Misericórdia²⁹ (cemitérios eclesiásticos). A primeira necrópole, em funcionamento desde 1809,³⁰ abrigou o maior número de mortos entre os cemitérios da localidade. Nele foram enterrados 1074 cadáveres, sendo 527 (49,06%) crianças.³¹ Entre os 547 adultos, os escravos foram hegemônicos (56,12%), mas dividiram o espaço mortuário com forros (11,70%), *livres*

²⁹ O cemitério da Misericórdia funcionou desde 1819 e foi desativado em 1897 (ALVARENGA, 2009, p. 48).

³⁰ O primeiro sepultamento identificado no Cemitério da Matriz que aparece em nossa amostra foi o de Maria da Silva Crioula Forra, falecida no “Hospital da Vila”, com todos os sacramentos em 06/04/1809. Cf.: AMNSP-SJDR, Livro de Óbitos (1808, fev.-1811, jun), fl. 468

³¹ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

de cor (6,03%) e com aqueles sem condição declarada (25,59%). Neste contexto em que se aproximavam as leis de cerceamento do tráfico (Leis de 1831; 1850), os segmentos dos “nascidos no Brasil” correspondiam a 58,86%, mas havia ainda uma presença africana elevada (37,29%). (Ver tabelas 03 e 04)

Já o cemitério da Misericórdia — situado em “frente ao Hospital” e construído entre 1818-1819 para atender os internados falecidos — ficou conhecido por oferecer jazigos aos indigentes. Nesta necrópole identificamos 91 adultos e 36 inocentes; os escravos constituíram a maioria de 78,02% dos corpos adultos ali enterrados; muitos deles (42,85%) eram africanos, provavelmente não tiveram recursos suficientes para providenciar uma “boa morte” (Ver tabelas 02, 03 e 04). Por fim, o Cemitério Geral da Vila — edificado por pressões do poder municipal — depois do cemitério da matriz, concentrou o segundo maior contingente de mortos, com 154 adultos e 71 inocentes. Em termos relativos, esta necrópole acolheu o maior percentual de africanos, com 50,64% dos seus cadáveres ali enterrados, sendo a maioria deles de condição social servil (75,97%).³²ver tabelas 02, 03 e 04.

Quanto aos cemitérios adjacentes às irmandades *de cor* — Rosário, Mercês, São Gonçalo Garcia, Boa Morte — podemos dizer que o pertencente ao Rosário registrou a maior presença de corpos nele enterrados. Os irmãos da Virgem protetora dos *pretos* se integraram parcialmente às mudanças sanitárias, ao se reunirem em consistório da irmandade em 1831, demonstrando interesse em seguir as normas higiênicas de sepultamento, sem que com isso tivessem que abrir mão da proximidade com os mortos e da assistência religiosa. Em reunião registrada em ata houve a menção da aquisição, por compra, de um lote de terras vendido pelo Alferes Antônio José de Oliveira Barreto à associação. Nesta ata em que se formalizou o acordo comercial da propriedade, ficou explícito o objetivo de utilizar o espaço — “de sete braças e meia até a esquina (...), [ao] lado da dita Matriz” — para servir de construção do Cemitério do Rosário.³³ Três anos depois, segundo Gaio Sobrinho, foi inaugurada uma capela no cemitério dos *pretos* a fim de atender a comodidade dos capelães para a realização dos ofícios religiosos, cerimônia de finados e a encomendação dos corpos dos irmãos. Em frente ao espaço mortuário, em seu portão de entrada, foi colocada uma inscrição “*Eu já fui o que tu és, tu serás o que eu sou.*” (SOBRINHO, 1996, p. 19).

O primeiro assento de óbito a fazer referência ao Cemitério do Rosário foi o de Rosa Preta Forra, falecida em 17 de agosto de 1831, sob a assistência dos sacramentos da

³² AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850).

³³ AINSR-SJDR, Livro 40, Administração e Termos Diversos, Termo de ajuste de terras que fez o Reverendo Custódio de Castro Moreira a Irmandade de N. S. do Rosário para o Cemitério, (20/01/1831), fl. 10.

penitência e da extrema-unção e enterrada no cemitério daquela devoção.³⁴ Este espaço mortuário também recebeu pelo menos 117 corpos entre o período de 1831-1850; do total de 90 pessoas adultas, 45,55% eram escravas e 18,88% forras e 2,22% livres de cor.³⁵ Os africanos “de Nação/ da Costa” — em referência à mudança da nomenclatura do tráfico, não mais cuidadosa em relatar os mercados ou portos de embarque — foram os que mais receberam jazigo (41,11%), em seguida os “nascidos no Brasil” (36,66%), com destaque aos crioulos (28,88%).³⁶

Já os cemitérios das Mercês e de São Gonçalo Garcia demonstraram certa seletividade na hora de enterrar seus cadáveres em seus espaços mortuários. Evidentemente essas restrições refletem as segregações não explicitadas nos compromissos, mas praticadas pelos irmãos em suas políticas de admissão no cotidiano confraternal. A maioria (89,65%) dos corpos ali enterrados eram de *pardos* e, 82,75%, sem condição social declarada.³⁷ (Ver tabelas 03 e 04).

Nas Mercês, o primeiro a ser enterrado em seu cemitério foi o inocente José Crioulo, escravo de Maria Teodora Angélica em 29 de fevereiro de 1830.³⁸ Assim como José, mais outras 67 crianças foram neste local enterradas entre 1830-1850. Do total de 79 adultos inumados, quase 95% nasceu no Brasil, sendo 49,36% *crioulos* e 40,50% *pardos*.³⁹ Esta participação quase nula de cadáveres africanos pode estar associada à seletividade informal da confraria pelos crioulos e outros segmentos sociais mais afastados do estigma da escravidão. Quanto à condição social, a maioria dos sepultados nas Mercês (62,02%) não teve esta referência em seus assentos. (Ver tabela 03).⁴⁰ Este apontamento pode ser um indício de que muitos filhos de libertos podem ter deixado de carregar a designação de “forro/liberto ou *pardo livre*” em razão da transformação do processo de reconhecimento formal dos nascidos livres no Brasil (MATTOS, 2000, p. 20).

Considerações Finais:

Em vista do que foi discutido acerca das reformas cemiteriais em São João del-Rei, observamos como as irmandades buscaram se inserir no projeto de saúde pública, sem causar

³⁴ AMNSP-SJDR, Assento de Óbito de Rosa Preta Forra (17/08/1831), Livro de Óbitos (1829, fev-1840, mar.).

³⁵ AMNSP-SJDR, Livros de Óbitos (1830-1850).

³⁶ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1830-1850).

³⁷ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1830-1850).

³⁸ AMNSP-SJDR, Livro de Óbitos (1829, fev-1840, mar.) Assento de Óbito de José Inocente (19/02/1830).

³⁹ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1830-1850).

⁴⁰ AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1830-1850).

danos drásticos aos costumes funerários. Com isso, as confrarias de leigos optaram por uma *modernização conservadora*, evitando assim, a construção de cemitérios fora do perímetro urbano. O cemitério Geral da Vila, primeiro espaço mortuário público-civil proposto pela Câmara Municipal, deveria ter participação da autoridade eclesiástica, que contaria com uma capela ou altar “para a celebração do santo ofício da missa”. O novo espaço para inumar os defuntos obedecia, em partes, às normas higiênicas de inumação, pois seu terreno permanecia próximo à cidade dos vivos.

Notamos, com o avanço da campanha sanitarista, que a *morte asséptica, inodora e silenciosa* parece ter triunfado, com algumas ressalvas, pois a secularização da morte se fez acompanhada da participação efetiva das autoridades eclesiásticas, junto às irmandades. Não foi, portanto, uma deliberação isolada das autoridades médicas e a ingerência do poder público. Não obstante, a tentativa de *expulsar os mortos da cidade dos vivos* não rompeu definitivamente as lentas estruturas mentais do imaginário católico acerca do Purgatório e da crença no poder de intercessão da Virgem Maria na salvação dos mortos.

Fontes Primárias:

Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São João del-Rei - (AINSR-SJDR)

Livro 40, Administração e Termos Diversos, Termo de ajuste de terras que fez o Reverendo Custódio de Castro Moreira a Irmandade de N. S. do Rosário para o Cemitério, (20/01/1831).

Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei (AMNSP- SJDR):

Compromisso da Irmandade de N. S. da Boa Morte dos Homens Pardos. Vila de São João del-Rei, 1786.

Livros de Óbitos (1736-1850)

Biblioteca Batista Caetano de Almeida. São João del Rei – BBKA

Livro de Registros e Leis, Decretos, Resoluções do Conselho Geral da Província (...); Execução da Lei de 01 de outubro de 1828.

Referências Bibliográficas:

ALVARENGA, Luís de Mello. *História da Santa Casa de Misericórdia de São João Del-Rei*. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 2009.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*. Da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CAMPOS, Adalgisa. *As irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: Culto e iconografia no Setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2013

- CARVALHO, Consuelo de Azevedo. *No silêncio dos túmulos: transformações nos ritos fúnebres na vila de São João del-Rei (1829-1858)*. São João Del-Rei: FUNREI, 2001.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. Vol. 2. São João del-Rei: IHG/MG e Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, 1967.
- DELFINO, Leonara Lacerda. *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: fronteiras, identidades e representações do viver e morrer na diáspora atlântica. Freguesia do Pilar de São João del-Rei (1782-1850)* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015).
- _____. *O Rosário das Almas Ancestrais: fronteiras, identidades e representações do viver e morrer na diáspora atlântica. Freguesia do Pilar de São João del-Rei (1782-1850)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural, 2017.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial/ São Paulo: Companhia das Letras, 1996.*
- MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- REIS, J. J. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SOBRINHO, Antonio Gaio. *Sanjoanidades: um passeio histórico e turístico por São João del-Rei*. São João del-Rei: A voz do Lenheiro, 1996
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenados pelo Ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º Arcebispo e do Conselho de Sua Majestade*. Proposta e aceitaem Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. 1ª Ed. Lisboa 1719 e Coimbra 1720. São Paulo: Typografia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.
- VOVELLE, M. *As Almas do Purgatório ou Trabalho de Luto*. Tradução Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Anexo:

TABELA 01: Locais de sepultamento segundo os assentos de óbitos (1782-1850):

LOCAIS DAS SEPULTURAS	Nº	%
IGREJAS	5.956	76.72
Adro da Matriz de N. S. do Pilar	3.757	48.39
Igreja de N. S. do Rosário	1.145	14.74
Igreja de Nossa S. das Mercês	486	6.26
Dentro da Matriz de N. Sra. do Pilar	414	5.33
Igreja de São Gonçalo Garcia	149	1.91
Campa de N. S. da Boa Morte (Matriz)	3	0.03
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	2	0.02
CEMITÉRIOS	1.755	22.60
Cemitério da Matriz	1.074	13.83
Cemitério Geral da Vila/ Cemitério	225	2.89
Cemitério das Mercês	147	1.89
Cemitério da Misericórdia/ Misericórdia	127	1.63
Cemitério do Rosário	117	1.50
Cemitério de São Gonçalo Garcia	38	0.48
Cemitério da Ordem Terceira do Carmo	13	0.16
Cemitério da Boa Morte	11	0.14
Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	2	0.02
Cemitério das Almas	1	0.01
Não Menciona*	27	0.36

Ilegível	22	0.28
Rasgados	3	0.03
TOTAL	7.763	100.00

Fonte: AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850). Foram arrolados 7763 registros, considerando os obituários escravos, libertos e livres de cor (adultos e inocentes)

Não existem registros para os anos de 1812-1817 ; 1835-1836 e 1841-1843

TABELA 02: Locais de sepultamento segundo os assentos de óbitos de inocentes (1782-1850):

LOCAIS DAS SEPULTURAS	Nº	%
IGREJAS	1.811	70.30
Adro da Matriz de N. S. do Pilar	1.255	48.71
Dentro da Matriz de N. Sra. do Pilar	198	7.68
Igreja de Nossa S. das Mercês	155	6.01
Igreja de N. S. do Rosário	132	5.12
Igreja de São Gonçalo Garcia	71	2.75
CEMITÉRIOS	744	28.88
Cemitério da Matriz	527	20.45
Cemitério Geral da Vila/ cemitério	71	2.75
Cemitério das Mercês	68	2.63
Cemitério da Misericórdia/ Misericórdia	36	1.39
Cemitério do Rosário	27	1.04
Cemitério de São Gonçalo Garcia	9	0.34
Cemitério da Ordem Terceira do Carmo	4	0.15
Cemitério da Boa Morte	1	0.03
Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	1	0.03
Não Menciona*	10	0.38
Ilegível	8	0.31
Rasgados	3	0.11
TOTAL	2.576	100.00

Fonte: AMNSP- SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850). Foram arrolados 2.576 registros de inocentes escravos, libertos e livres de cor. Não existem registros para os anos de 1812-1817; 1835-1836 e entre 1841-1843.

TABELA 03: Locais de sepultamento segundo a condição social dos falecidos adultos (1782-1850):

LOCAIS DAS SEPULTURAS/ Cond. Social:	Nº	%
IGREJAS		
Adro da Matriz de N. S. do Pilar	2.502	100.0
Agregados	2	0.07
Coartados	7	0.27
Escravos	1.937	77,41
Filhos de forros	4	1.98
Forros	233	9.31
Livres	2	0.07
Não Menciona	317	12.66
Igreja de N. S. do Rosário	1.013	100.0
Agregados	1	0.09
Coartados	11	1.08
Escravos	554	54.68
Filhos de forros	12	1.18
Forros	264	26.06
Livres	3	0.29

Não Menciona	168	16.58
Igreja de Nossa S. das Mercês	331	100.0
Escravos	83	25.07
Filhos de forros	9	2.71
Forros	122	36.85
Não Menciona	117	35.34
Dentro da Matriz de N. S. do Pilar	216	100.0
Escravos	48	22.22
Filhos de forros	5	2.31
Forros	38	17.59
Livres	13	6.01
Não Menciona	112	51.85
Igreja de São Gonçalo Garcia	78	100.0
Coartados	1	1.28
Escravos	18	23.07
Forros	9	11.53
Livres	4	5.12
Não Menciona	46	58.97
Campa de N. S. da Boa Morte (Matriz)	3	100.0
Escravos	1	33.33
Forros	1	33.33
Livres	1	33.33
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	2	100.0
Escravos	2	100.0
CEMITÉRIOS		
Cemitério da Matriz	547	100.0
Coartados	1	0.18
Escravos	307	56.12
Filhos de forros	2	0.36
Forros	64	11.70
Livres	33	6.03
Não Menciona	140	25.59
Cemitério Geral da Vila/ Cemitério	154	100.0
Escravos	117	75.97
Forros	16	10.38
Não Menciona	27	17.53
Cemitério da Misericórdia/ Misericórdia	91	100.0
Agregados	1	1.09
Escravos	71	78.02
Forros	7	7.69
Livres	8	8.79
Não Menciona	4	4.39
Cemitério do Rosário	90	100.0
Escravos	41	45.55
Forros	17	18.88
Livres	2	2.22
Não Menciona	30	33.33
Cemitério das Mercês	79	100.0
Agregados	1	1.26
Escravos	17	21.51
Forros	5	6.32
Livres	7	8.86
Não Menciona	49	62.02
Cemitério de São Gonçalo Garcia	29	100.0
Livres	5	17.24
Não Menciona	24	82.75
Cemitério da Ordem Terceira do Carmo	9	100.0
Livres	2	22.22
Não Menciona	7	77.77
Cemitério da Boa Morte	10	100.0

Livres	1	10.00
Não Menciona	9	90.00
Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	1	100.0
Não Menciona	1	
Cemitério das Almas	1	100.0
Não Menciona	1	
Não Menciona o local	16	100.0
Escravos	8	50.00
Forros	4	25.00
Não menciona a cond.	4	25.00
Ilegível	12	100.0
Escravos	9	75.00
Não menciona a cond.	3	25.00
Rasgados	3	
TOTAL	5187	

Fonte: AMNSP- SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850). Foram arrolados 5187 registros, considerando os obituários escravos, libertos e livres de cor adultos. Não existem registros para os anos de 1812-1817; 1835-1836 e entre 1841-1843.

TABELA 04: Sepultamentos segundo as procedências étnicas dos falecidos adultos (1782-1850):

LOCAIS DAS SEPULTURAS/ Procedências:	Nº	%
IGREJAS		
Adro da Matriz de N. S. do Pilar	2.502	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	132	5.27
A. Ocidental	265	10.59
Cabo Verde	9	0.35
Cobú	18	0.41
Courana	7	0.27
Mina	230	9.19
Nagô	7	0.27
Ilha da Madeira	1	0.03
Centro-oeste africano:	1.229	49.12
Ambaca	1	0.03
Angola	620	24.78
Bamba	1	0.03
Benguela	265	10.59
Cabinda	12	0.47
Cabundá	53	2.11
Camondongo	3	0.11
Cassanje	12	0.47
Congo	132	5.27
Ganguela	34	1.35
Mofumbe	18	0.71
Monjolo	28	1.11
Rebolo	40	1.59
Songo	10	0.39
África Oriental	2	0.07

Moçambique		
Não Identificados:	8	0.31
Bandara	1	0.03
Mocoxo	1	0.03
Sabaru	2	0.07
Tapa	1	0.03
Timbu	1	0.03
Xambá	2	0.07
Nascidos no Brasil:	725	28.97
Cabras	61	2.43
Crioulos	492	19.66
Mestiços	8	0.31
Pardos	164	5.55
Não Menciona	141	5.63
Igreja de N. S. do Rosário	1.013	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	148	14.61
A. Ocidental	159	15.69
Cabo Verde	5	0.49
Cobú	3	0.29
Mina	145	14.31
Nagô	6	0.59
Centro-oeste africano:	392	38.69
Ambaca	1	0.09
Angola	175	17.27
Benguela	88	8.68
Cabinda	3	0.29
Cabundá	8	0.78
Calunga	1	0.09
Cassanje	4	0.39
Congo	39	3.84
Ganguela	10	0.98
Mofumbe	14	1.38
Monjolo	13	1.28
Rebolo	28	2.76
Songo	8	0.78
Nascidos no Brasil:	251	24.77
Cabras	14	1.38
Crioulos	171	16.88
Pardos	66	6.51
Não Menciona	61	6.02
Ilegível/ rasgado	2	0.19
Igreja de Nossa S. das Mercês	331	100.0

Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	11	3.32
A. Ocidental	6	1.81
Courana	1	0.30
Mina	5	1.51
Centro-oeste africano:	8	2.41
Angola	5	1.51
Benguela	2	0.60
Cabundá	1	0.30
Nascidos no Brasil:	291	87.91
Cabras	13	3.92
Crioulos	238	71.90
Pardos	40	12.08
Não Menciona	14	4.22
Ilegível/ rasgado	1	0.30
Dentro da Matriz de N. S. do Pilar	216	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	8	3.70
A. Ocidental	6	2.77
Mina	6	2.77
Centro-oeste africano:	9	4.16
Angola	5	2.31
Benguela	3	1.38
Monjolo	1	0.46
Nascidos no Brasil:	182	84.25
Cabras	7	3.24
Carioca	1	0.46
Crioulos	38	17.59
Mestiços	2	0.92
Pardos	134	62.03
Não Menciona	11	5.09
Igreja de São Gonçalo Garcia	78	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	1	1.28
Nascidos no Brasil:	76	97.43
Cabras	4	5.12
Crioulos	3	3.84
Mestiços	1	1.28
Pardos	68	87.17
Não Menciona	1	100.0
Campa de N. S. da Boa Morte (Matriz)	3	100.0
Pardos	3	100.0

Igreja de Nossa Senhora do Carmo	2	100.0
Crioulos	2	100.0
CEMITÉRIOS		
Cemitério da Matriz	547	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	114	20.84
A. Ocidental	8	7.01
Cabo Verde	1	0.18
Mina	7	1.27
Centro-oeste africano:	81	14.80
Angola	32	5.85
Bamba	1	0.18
Benguela	24	4.38
Cabinda	2	0.36
Cabundá	1	0.18
Congo	10	1.82
Mofumbe	3	0.54
Monjolo	2	0.36
Rebolo	5	0.91
Songo	1	0.18
África Oriental		
Moçambique	1	0.18
Nascidos no Brasil:	322	58.86
Cabras	8	1.46
Crioulos	166	30.34
Mestiços	1	0.18
Pardos	147	26.87
Não Menciona	21	3.83
Cemitério Geral da Vila/ Cemitério	154	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	15	9.74
A. Ocidental	4	2.59
Mina	4	2.59
Centro-oeste africano:	59	38.31
Angola	16	10.38
Benguela	11	7.14
Cabinda	8	5.19
Cassanje	2	1.29
Congo	10	6.49
Ganguela	4	2.59
Mofumbe	1	0.64
Rebolo	6	3.89
Songo	1	0.64
Nascidos no Brasil:	40	25.97
Cabras	1	0.64

Crioulos	27	17.53
Pardos	12	7.79
Não Menciona	36	23.37
Cemitério da Misericórdia/ Misericórdia	91	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	17	18.68
A. Ocidental	2	2.19
Mina	2	
Centro-oeste africano:	20	21.97
Angola	9	
Benguela	2	2.19
Cabinda	1	1.09
Cabundá	1	1.09
Cassanje	1	1.09
Congo	3	3.29
Mofumbe	1	1.09
Rebolo	1	1.09
Songo	1	1.09
África Oriental		
Moçambique	1	1.09
Nascidos no Brasil:	32	35.16
Cabras	2	2.19
Crioulos	19	20.87
Pardos	11	12.08
Não Menciona	19	20.87
Cemitério do Rosário	90	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	37	41.11
A. Ocidental	2	2.22
Mina	2	2.22
Centro-oeste africano:	4	4.44
Angola	1	1.11
Benguela	2	2.22
Rebolo	1	1.11
Nascidos no Brasil:	33	36.66
Cabras	1	1.11
Crioulos	26	28.88
Pardos	6	6.66
Não Menciona	14	15.55
Cemitério das Mercês	79	100.0
Da Costa/ Preto (a)/ de Nação	4	5.06

Nascidos no Brasil:	75	94.93
Cabras	4	5.06
Crioulos	39	49.36
Pardos	32	40.50
Cemitério de São Gonçalo Garcia	29	100.0
	29	100.0
Nascidos no Brasil:		
Cabras	1	3.44
Crioulos	2	6.89
Pardos	26	89.65
Cemitério da Ordem Terceira do Carmo	9	100.0
Pardos	9	100.0
Cemitério da Boa Morte	10	100.0
Pardos	10	100.0
Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	1	100.0
Pardo	1	
Cemitério das Almas	1	100.0
Pardo	1	
Não Menciona o local	16	100.0
Angolas	3	
Benguelas	3	
Crioulos	3	
Pardos	7	
Ilegível	15	100.0
Preto de Nação	1	
Angolas	2	
Ganguela	2	
Cabra	1	
Crioulos	2	
Pardos	3	
Não Menciona	1	
Rasgados	3	
TOTAL	5187	

Fonte: AMNSP-SJDR, Assentos de óbitos (1782-1850). Foram arrolados 5187 registros, considerando os obituários escravos, libertos e livres de cor adultos. Não existem registros para os anos de 1812-1817; 1835-1836 e entre 1841-1843.